



**PARECER PRÉVIO Nº 18/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11226/2014**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Anori.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sra. Sansuray Pereira Xavier, Prefeita Municipal, à época.
- 6- **Advogado:** Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha – OAB/AM N.º 540-A, Dr. Leandro Souza Benevides – OAB/AM N.º 491-A, Dr. Bruno Giotto Gavinho Frota – OAB/AM N.º 4.514, Dra. Livia Rocha Brito – OAB/AM N.º 6.474, Dr. Pedro de Araújo Ribeiro – OAB/AM N.º 6.935, Dr. Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM N.º 6.975 e Dr. Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM N.º 4.331.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3508/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.2942/2959).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anori. Exercício de 2013.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1- Emite Parecer Prévio** nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução nº 04/2002, do art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, bem como do art. 31, §2º da Constituição Federal, **recomendando à Câmara Municipal de Anori a desaprovação das Contas do Município**, no curso do exercício de 2013, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002 e que deve ser julgada pela Câmara com a celeridade que preconiza o art. 127, 5º, da Constituição Estadual.



**PARECER PRÉVIO Nº 18/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 11- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 17 de Abril de 2018.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.  
**13.1- Auditor Presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.  
**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 18/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 18/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11226/2014**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Anorí.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sra. Sansuray Pereira Xavier, Ordenadora de Despesas, à época.
- 6- **Advogado:** Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha – OAB/AM N.º 540-A, Dr. Leandro Souza Benevides – OAB/AM N.º 491-A, Dr. Bruno Giotto Gavinho Frota – OAB/AM N.º 4.514, Dra. Livia Rocha Brito – OAB/AM N.º 6.474, Dr. Pedro de Araújo Ribeiro – OAB/AM N.º 6.935, Dr. Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM N.º 6.975 e Dr. Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM N.º 4.331.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3508/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.2942/2959).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anorí. Exercício 2013.

*Irregularidade. Multa. Prazo. Recomendações Determinação. Comunicado.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1– Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Anorí, durante o exercício de 2013, referente ao período em que a **Senhora Sansuray Pereira Xavier** figurou como Gestora, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

**10.2 – Aplicar Multa a Senhora Sansuray Pereira Xavier**, responsável pela Prefeitura Municipal de Anorí, durante o exercício de 2013, **valor de R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), sendo o valor de R\$ 1.096,03 por cada mês de atraso uma vez que a impropriedade foi constatada nos 12 (doze) meses do exercício de 2013, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela inobservância dos prazos regulamentares para remessa ao Tribunal, por meio informatizado dos registros analíticos, nos meses de janeiro a dezembro/2013;



**ACÓRDÃO Nº 18/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 18/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.3 – Aplicar Multa a Senhora Sansuray Pereira Xavier**, Gestora da Prefeitura Municipal de Anori, durante o exercício de 2013, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por violação a diversos dispositivos legais identificados pela DICAMI e pela DICOP;

a) No que tange às impropriedades detectadas pela DICOP – abordadas no Item I desta Proposta de Voto) – Violação dos seguintes dispositivos legais:

- Art. 38, caput e incisos IV e XII, da Lei n.º 8.666/1993;
- Art. 6º, IX, “c”, c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei 8666/93 e Resolução nº 361/91 CONFEA;
- Art. 6º, IX, “c”, “e” e “f” c/c Art. 7º, § 2º, II e III, art. 40, XIV, “b” e Art. 40, § 2º, inciso IV da Lei 8.666/93;
- Art. 6º, IX, “e” e “f” c/c Art. 40, § 2º, I e II da Lei 8.666/93;
- Arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal n.º 6.496/1977 c/c o arts. 1º, 2º e 3º da Resolução n.º 425/1998 do CONFEA;
- Arts. 58 a 63 da Lei n.º 4.320/1964 e art. Art.62, §§ 2º e 8º, da Lei n.º 8.666/1993 e art. 9º da LRF 101/00;
- Art. 58, III, Art. 67 a 70 e 112, da Lei n.º 8.666/1993;
- Art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da lei 8666/93 e Art. 2, inciso II, alínea i, da Resolução Normativa n.º 27/2012 do TCE/AM;
- Art. 73, da Lei n.º 8.666/1993;
- Art. 67, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993;
- Lei n. 8.846/94 – que regulamenta a emissão de Nota Fiscal; •Art. 60 e 61 da Lei n. 8.666/93;
- Art. 12, inciso III, da Lei n. 8.666/93;
- Artigo 3º, caput, artigo 21, inciso III e art. 61, parágrafo único, todas da sobredita Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/93;
- Resolução n. 27/2012 – TCE/AM.

b) No que tange às impropriedades detectadas pela DICAMI – abordadas no Item II desta Proposta de Voto) – Violação das seguintes impropriedades e consequentemente dos seguintes dispositivos legais:

- Remessa intempestiva à Câmara Municipal de Anori da Prestação de Contas Anual, referente a todo o exercício de 2013, em violação ao acordado no art. 9º da Lei Complementar nº 06/91;



**ACÓRDÃO Nº 18/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 18/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- Ausência de encaminhamento a esta Corte de Contas de diversos documentos estabelecidos na Resolução n. 27/2013;
- Não houve instalação de Procuradoria Jurídica, violando o disposto no art. 37, inciso II e art. 132 da Constituição Federal;
- Ausência de adoção de providências visando à cobrança dos débitos inscritos na Dívida Ativa, violando as disposições contidas no art. 2º, 3º e 6º da Lei n. 6.830/1980 – Lei de Execução Fiscal;
- Não observou o prazo para remessa do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária a esta Corte de Contas, violando o disposto no artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;
- Ausência de alimentação de campos obrigatórios no Relatório de Gestão Fiscal, infringindo a norma regulamentar disposta na Resolução n. 15/2013 desta Corte de Contas;
- Divergências entre os valores existentes no GEFIS, infringindo a norma regulamentar disposta na Resolução n. 15/2013 desta Corte de Contas;
- Ausência de atualização de diversos dados de gestão pública no sítio do Portal da Transparência da Prefeitura de Anori, violando os dados exigidos por meio da Lei n. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

**10.4 – Considerar em alcance**, no montante total de **R\$ 175.831,00** (Cento e Setenta e Cinco mil, oitocentos e trinta e um reais), nos termos do artigo 304, inciso I c/c inciso III, da Resolução n. 04/2002 – TCE/AM, em razão dos serviços e obras supostamente executados, porém sem a identificação dos seguintes pagamentos:

- a) Nota Fiscal n. 25, no montante de R\$ 40.000,00, referente à 1ª Medição do Termo de Contrato n. 064/2013 (Impropriedade detectada pela DICOP e abordada no Item I.II da Proposta de Voto);
- b) Nota Fiscal n. 29, no montante de R\$ 135.831,00, referente à 2ª Medição do Termo de Contrato n. 04/2013 (Impropriedade detectada pela DICOP e abordada no Item I.VII desta Proposta de Voto);

**10.5 – Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das multas impostas e aos cofres do Município de Anori do valor referente ao alcance, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

**10.6 – Autorizar** desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº 18/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 18/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

**10.7 – Determinar** ao titular da Prefeitura Municipal de Anori que;

- a) Que observe atentamente a todas as disposições contidas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei n. 8.666/93;
- b) Que adote providências para ter disponível no momento das futuras inspeções todos os documentos necessários e solicitados pela Comissão;
- c) Que atente, como um todo, a todas as irregularidades aqui explanadas, para que as falhas não voltem a acontecer.

**10.8 - Dar ciência** deste Decisório a todos os responsáveis

**11- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 17 de Abril de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

**13.1- Auditor Presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral